



Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
Arquivo Nacional
Superintendência Regional no Distrito Federal
Coordenação de Apoio à Gestão do SIGA
Divisão de Apoio à Gestão Executiva do SIGA

REGISTRO DE REUNIÃO

1. DADOS DA REUNIÃO

Data	Horário de Início	Horário de Término	Local
18 de outubro de 2024	9h30min	12h30min	Esplanada dos Ministérios, bloco K, no salão nobre do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos

Composição da CCSiga: Portaria nº145, de 12 de março de 2024

2. PAUTA

- Diagnóstico das ações do Arquivo Nacional na recuperação dos documentos atingidos pelas enchentes do Rio Grande do Sul;
- Apresentação do universo do Siga e discussão sobre responsabilidades individuais e coletivas dos membros da CCSiga;
- Portaria ANº153, de 3 de maio de 2024: discussão sobre a adoção de caracteres alfabéticos para identificar instrumentos de gestão de documentos de arquivo nos sistemas informatizados;
- Portaria AN nº 174, atividades meio/suporte;
- Sistemas de apoio à gestão de documentos a serem disponibilizados à Administração Pública Federal pelo Arquivo Nacional.

3. PARTICIPANTES

NOME	FUNÇÃO NO Siga	ÓRGÃO
Ana Flávia Magalhães Pinto	Presidenta da CCSiga	Arquivo Nacional
Jean Marcel Caum Camoleze	Coordenador do Siga	Arquivo Nacional
Paola Rodrigues Bittencourt	Suplente do Coordenador do Siga	Arquivo Nacional
Fernando Matias da Costa	convidado	Arquivo Nacional
Emanuela Cristina Dias Silva Bastos	convidada	Arquivo Nacional
Franciele Rocha de Oliveira	convidada	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Kaiser de Freitas	convidado	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
João Carlos dos Santos Lopes	convidado	DATA PREV
Agnaldo Rosa da Silva	Suplente	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
Alexandre Olimpio Barbacena	Suplente	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Aline Vieira do Nascimento	Representante	Ministério do Turismo
Bárbara Soares Santos	Presidenta de Subcomissão	Ministério do Trabalho e Emprego
Camila Carvalho Corte	Presidenta de Subcomissão	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Caroline Almeida Sodré	Representante	Advocacia-Geral da União
Eva Vilma Barbosa Soares	Presidenta de Subcomissão	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
Fernanda de Oliveira Cândido	Suplente	Controladoria-Geral da União
Francisco Arruda	Representante	Ministério da Agricultura e Pecuária
Gabriela Gomes de Oliveira dos Santos	Suplente	Ministério da Justiça e Segurança Pública
Gilvan Ferreira de Meneses	Presidente de Subcomissão	Ministério de Portos e Aeroportos
Gleysielen Cardoso Neves	Presidenta de Subcomissão	Ministério de Minas e Energia
João Eduardo Martin	Presidente de Subcomissão	Ministério das Relações Exteriores
João Marcus Wouk Okumura	Suplente	Advocacia-Geral da União
José Rivaldo Cadete Imbelon	Presidente de Subcomissão	Presidência da República
Julio Sales Gomes da Silva	Representante	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Leandro Rodrigues Pinheiro	Representante	Ministério do esporte
Leonardo Mota de Lima	Suplente	Ministério dos Transportes
Liane Lasmar Correia	Suplente	Presidência da República
Maire Andrade de Freitas	Suplente	Ministério da Educação
Marcelo de Araújo Mato	Representante	Ministério da Educação
Marcelo Saboia	Presidente de Subcomissão	Ministério da Assistência e Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome
Maria do Socorro Alves Pereira	Representante	Ministério do Trabalho e Emprego
Marlos Roberto Ribeiro dos Santos	Presidente de Subcomissão	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Mayara Nunes de Castro do Vale	Suplente	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
Nádia Barbosa Gonçalves	Representante	Ministério dos Transportes
Natasha Alves Bêto de Souza	Representante	Advocacia-Geral da União
Nilsa Paulo de Azevedo	Presidenta de Subcomissão	Ministério da Defesa
Paulo André Pereira Brito	Presidente de Subcomissão	Ministério das Cidades
Priscila Muniz Franco	Suplente	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Regina Maria da Conceição Ibiapina	Presidenta de Subcomissão	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Roberto Jose da Rocha Junior	Presidente de Subcomissão	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
Rodrigo Damasceno Cavalcante dos Santos	Suplente	Banco Central do Brasil
Rogério do Nascimento	Representante	Ministério da Justiça e Segurança Pública
Simone Regina zottmann	Representante	Ministério das mulheres
Vanessa da Conceição Silva	Presidenta de Subcomissão	Ministério da Agricultura e Pecuária

Welder Almeida de Oliveira	Presidente de Subcomissão	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
Wesley de Souza Alves Oliveira do Nascimento	Suplente	Ministério de Portos e Aeroportos

- Não compareceram à reunião os representantes do:
 - Sistema de Serviços Gerais (SISG),
 - Ministério da Saúde,
 - Ministério das Comunicações,
 - Ministério da Igualdade Racial,
 - Ministério da Pesca e Aquicultura,
 - Ministério da Cultura.

4. REUNIÃO

Em 18 de outubro de 2024, os membros da Comissão de Coordenação do Siga se reuniram, juntamente com outros convidados, para a reunião.

A presidenta da CCSiga, a Sra. Ana Flávia Magalhães, abriu a reunião saudando os presentes e reafirmando o compromisso do órgão central em realizar as duas reuniões semestrais previstas no regulamento do Siga. Acrescentou que o órgão central está desenvolvendo iniciativas para que as reuniões promovam um melhor entrosamento e diálogo entre os integrantes do sistema. Em seguida, apresentou os membros da equipe: o Diretor de Gestão de Documentos, o Sr. Jean Camoleze; a Coordenadora-Geral de Gestão de Documentos, a Sra. Paola Bittencourt; e o Coordenador de Apoio à Governança do Siga, o Sr. Fernando Matias.

A presidenta destacou a importância de reconhecer os avanços do sistema e informou que, como parte dessas iniciativas, foi criada uma Coordenação de Apoio à Governança do Siga, composta pela Divisão de Monitoramento do Siga e pela Divisão de Apoio à Gestão Executiva do Siga. Enfatizou também a necessidade de um diálogo mais próximo entre os órgãos central, setorial e seccional. Disse que a criação dessa coordenação é uma medida estratégica para fortalecer o sistema, tendo em vista que a gestão de documentos é um tema central. Reforçou que esta reunião é uma oportunidade para acompanhar as ações realizadas e as que estão em andamento. Mencionou, ainda, a parceria entre o Arquivo Nacional e a Dataprev, destacando que, após um período de desestatização, vivemos um momento marcado pelo compromisso com a gestão e a inovação em serviços. Ressaltou que o Arquivo Nacional busca soluções em colaboração com outras unidades e órgãos da administração pública. Em seguida, leu a pauta da reunião aos presentes.

Em seguida, o Sr. Jean Camoleze, Diretor de Gestão de Documentos, cumprimentou os presentes e agradeceu pelas contribuições e serviços prestados na área de gestão de documentos. Ele reforçou a importância de manter canais abertos de comunicação e destacou que o Arquivo Nacional não é apenas um parceiro, mas uma parte fundamental do trabalho de gestão documental nos órgãos. Em seguida, solicitou que cada participante se apresentasse.

Após a apresentação dos participantes, o sr. Jean Camoleze iniciou sua fala relatando as ações realizadas no Rio Grande do Sul, observando que a tragédia ocorrida na região não foi um evento isolado e que, com as recentes mudanças climáticas, situações similares podem se repetir. Ele mencionou que o Plano Nacional de Defesa Civil aponta risco de inundações para os próximos 40 anos, ressaltando, portanto, a importância de os órgãos setoriais estarem cientes das condições de armazenamento dos acervos em seus órgãos seccionais, em preparação para possíveis incidentes futuros. O Sr. Camoleze relatou que, em 30 de abril de 2024, a primeira grande inundação no RS atingiu a Universidade de Santa Maria e a Universidade de Porto Alegre. Nessa ocasião, o Arquivo Nacional entrou em contato com a diretora do Arquivo em Santa Maria, a Sra. Débora Flores, para oferecer apoio. Em seguida, foram organizadas reuniões com equipes técnicas para discutir estratégias de recuperação dos acervos afetados. Ele ressaltou que os documentos permaneceram submersos por 28 dias, um cenário sem precedentes na literatura sobre preservação documental.

O Diretor de Gestão de Documentos do Arquivo Nacional recordou que, em 6 de maio, foi realizada uma reunião emergencial com a CCSiga, solicitando que os órgãos setoriais contatassem suas unidades seccionais e regionais para verificar a situação de seus arquivos. Durante esse período, técnicos do Arquivo Nacional conduziram pesquisas e testes na própria fábrica de papel do órgão, buscando soluções para a recuperação dos documentos danificados. Esses experimentos mostraram que era possível recuperar a informação de documentos que permaneceram 28 dias submersos.

O Sr. Camoleze relatou que com a baixa das águas em julho, uma equipe do Arquivo Nacional foi ao Rio Grande do Sul para prestar orientações técnicas, estabelecendo uma comunicação contínua com os órgãos afetados. Disse que o governo federal disponibilizou R\$14,6 milhões para a gestão documental, montante repassado ao Arquivo Nacional, que, como órgão central, distribuiu os recursos para as instituições que solicitaram verba para tratar seus documentos. Enfatizou que ao todo, foram realizadas 54 visitas técnicas e que entre os órgãos atingidos estavam: Banco Central do Brasil, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais, CONAB, DNIT, IBGE, INCRA, INMETRO, Ministério da Saúde, Anvisa, Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério do Trabalho e Emprego, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Trensurb, Serpro, Universidade Federal de Saúde Pública e Universidade Federal de Santa Maria, totalizando aproximadamente 18 km de documentos afetados.

O Sr. Camoleze pediu aos presentes que refletissem sobre o impacto da ausência de uma gestão documental adequada, destacando que, se ela estivesse em vigor, a quantidade de documentos danificados poderia ser menor, pois seria possível identificar quais documentos poderiam ser eliminados de forma segura. Ele reforçou a necessidade de que todos os órgãos possuam instrumentos de gestão documental e informou que a Central de Compras publicou uma ata de registro de preços especial para os órgãos atingidos. Acrescentou que os esforços realizados no Rio Grande do Sul elevaram o debate sobre a importância da gestão documental nos órgãos. Disse que no início da tragédia, como não havia possibilidade de realizarem viagem ao RS, foram feitas, em média, 6 reuniões técnicas por dia com os órgãos atingidos.

O Diretor de Gestão de Documentos informou que as ações realizadas no Rio Grande do Sul foram amplamente divulgadas pela mídia, com um total de 18 matérias de jornal. Enfatizou que houve falhas na comunicação com as unidades seccionais, mencionando que, em diversas ocasiões, as informações fornecidas aos órgãos setoriais não foram repassadas às suas respectivas unidades, deixando muitos gestores das seccionais sem orientação sobre como proceder. Ele destacou que o Arquivo Nacional publicou uma Nota Técnica esclarecendo que a eliminação de documentos não era cabível. Reforçou a necessidade de expandir a comunicação entre os órgãos e informou que, no âmbito do programa Acelera Siga, foram estabelecidas estratégias para melhorar e ampliar essa comunicação.

Ele reconheceu as dificuldades enfrentadas pelos presidentes das Subcomissões do Siga, que muitas vezes acumulam outras responsabilidades. Observou que os órgãos na ponta aguardam comunicação dos setoriais, embora muitos ainda desconheçam o funcionamento completo do sistema. O Sr. Camoleze também compartilhou relatos de seccionais, como o da CPRM, onde a responsável, Sra. Ana Peixoto, inicialmente não sabia como manusear mapas danificados, mas, com a orientação do Arquivo Nacional, conseguiu tratar os documentos. Outro relato veio de um Instituto Federal do MEC, que solicitou apoio técnico ao Arquivo Nacional e expressou satisfação com o trabalho colaborativo realizado. O Sr. Camoleze informou que o tratamento dos documentos danificados deverá levar aproximadamente dois anos para ser concluído.

Ele concluiu destacando os principais pontos dessa experiência: a necessidade de fortalecer a gestão documental nos órgãos seccionais e de aprimorar a comunicação entre os órgãos para garantir uma resposta mais eficaz em situações futuras.

O Sr. Jean Camoleze convidou o Coordenador de Apoio à Gestão do Siga, o Sr. Fernando Matias, para falar sobre as responsabilidades dos membros da CCSiga.

O Sr. Fernando Matias iniciou sua fala saudando os presentes e esclarecendo que os atores do Siga formam uma estrutura de gestão composta pelos órgãos integrantes: central, setoriais e seccionais, além de um fórum de governança formado pelos membros da Comissão de Coordenação e das Subcomissões. Enfatizou que o Arquivo Nacional, como órgão central, é responsável por planejar, coordenar e supervisionar o sistema, definindo diretrizes e normas, além de orientar a implementação e coordenação das atividades a serem seguidas por todos os órgãos, promovendo a capacitação contínua dos agentes públicos.

Disse ainda que os órgãos setoriais têm o papel de implementar e coordenar as atividades de gestão de documentos, tanto em seu âmbito de atuação quanto nos seccionais. Sendo que dentre essas atividades, destaca-se a aplicação do código de classificação e tabela de temporalidade das atividades meio, além da elaboração e aplicação do código de classificação e tabela de temporalidade das atividades-fim, além disso compartilham, também, a responsabilidade de capacitação junto com o órgão central.

O Sr. Matias frisou que a Comissão de Coordenação desempenha um papel estratégico ao propor diretrizes e normas e monitorar sua aplicação. E que ela também assessora o órgão central em suas competências, fornecendo informações sobre os órgãos setoriais e seccionais e orientando-os quanto ao direcionamento e aprimoramento da gestão documental. Frisou que a participação ativa dos membros é essencial para garantir a eficiência do sistema.

Ele explicou que as Subcomissões de Coordenação do Siga são responsáveis pela coordenação e avaliação das atividades de gestão de documentos em cada ministério e em suas entidades vinculadas. Essas subcomissões atuam como subdivisões da Comissão de Coordenação, captando as experiências e necessidades da base do sistema e encaminhando

proposições à Comissão.

Disse que os diferentes níveis dos órgãos estão interconectados. O órgão setorial tem como instância máxima as secretarias executivas, relacionando-se com as demais unidades por meio da representação do presidente da subcomissão. Já os órgãos seccionais são representados pelos membros de suas Subsigas. Portanto, as discussões nos fóruns de deliberação das subcomissões devem ser levadas à CCSiga pelo presidente, que representa não apenas seu ministério, mas também os membros de sua Subsiga e, por extensão, as entidades vinculadas. Isso reforça a importância da Comissão de Coordenação como um órgão estratégico, capaz de assessorar o órgão central em suas atribuições.

O Sr. Fernando Matias enfatizou a importância da criação de Subcomissões em cada ministério e comentou sobre a necessidade de distinguir o papel da presidência da Subcomissão das atribuições dos profissionais. O presidente da Subcomissão deve representar o ministério como um todo, e não apenas um departamento ou coordenação.

No contexto do Rio Grande do Sul, o Sr. Matias ressaltou que não existem soluções fáceis ou prontas, mas a reunião e discussão são fundamentais para propor estratégias para a gestão de documentos. Ele destacou a importância de disseminar informações sobre o sistema, pois muitos órgãos na base ainda não compreendem sua função no contexto. Para melhorar essa comunicação, informou que o Arquivo Nacional está empenhado em aprimorar a divulgação de informações e pediu aos presidentes das Subcomissões que repassem as informações aos seus membros, contribuindo para a disseminação de conhecimento sobre o sistema.

O Sr. Jean Camoleze deu início a uma roda de diálogo com os membros da CCSiga.

O Sr. Roberto Rocha, representante do MDHC, questionou se haveria registro da reunião e indagou sobre a visão de futuro do Arquivo Nacional em relação à digitalização de documentos. Ele ressaltou a importância de compreender bem a legislação do Siga para avançar nas discussões sobre o sistema. Além disso, solicitou apoio ao Arquivo Nacional na comunicação entre os órgãos e sugeriu que os presidentes das Subsigas criassem grupos no WhatsApp para facilitar a comunicação com seus seccionais de maneira mais ágil.

Após a fala do Sr. Roberto Rocha, o Sr. João Okumura, representante da AGU, pediu a palavra. Ele elogiou os comentários do representante do MDHC e acrescentou que, após a reunião extraordinária sobre os documentos no Rio Grande do Sul, a AGU implementou as medidas urgentes solicitadas. Ele mencionou que conseguiu se comunicar com todas as suas 18 unidades, que relataram não ter sofrido nenhum impacto. Em seguida, o sr. Okumura sugeriu que o Arquivo Nacional elaborasse um plano de contingência para que os órgãos pudessem se basear em caso de novas situações semelhantes.

A Sra. Nilza Azevedo, representante do Ministério da Defesa, também se manifestou, informando que o ministério adotou a comunicação via WhatsApp e que como solicitado na reunião extraordinária, ela entrou em contato com seus órgãos seccionais no Rio Grande do Sul para verificar a situação da documentação.

O Sr. Camoleze aproveitou a oportunidade para agradecer publicamente ao Ministério da Defesa pelo envio de militares ao Rio Grande do Sul e ao INCRA pelo suporte, que disponibilizou veículos para a locomoção da equipe do Arquivo Nacional na região.

O Sr. Marcelo Saboia, representante do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, destacou a importância de sistematizar as experiências adquiridas pelos órgãos na gestão de documentos. Ele sugeriu que isso poderia ser feito por meio da documentação dessas experiências ou através de encontros técnicos para compartilhar vivências.

O Sr. Leandro Pinheiro, representante do Ministério dos Esportes, concordou com a proposta de criar grupos no WhatsApp para facilitar a comunicação com os seccionais. Ele sugeriu também a realização de reuniões com esses órgãos, semelhante ao que é feito com os órgãos setoriais, para promover a participação e capacitação dos seccionais. Além disso, enfatizou a importância de que o Arquivo Nacional acompanhe o tratamento da documentação afetada por inundações, estimulando soluções e promovendo parcerias. O representante do Ministério dos Esportes observou a falta de profissionais qualificados na área de documentação, alertando que, devido a essa escassez, não seria apropriado deixar apenas aos seccionais a responsabilidade pelo tratamento dessa documentação. Ele propôs a possibilidade de contratação de serviços por meio de uma ata de registro de preços para auxiliar nessa questão. Por fim, ele informou que o Ministério dos Esportes foi reestruturado e agora faz parte do Colaboragov. Como resultado, não é possível criar uma Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), o que deixou a documentação que precisa ser tratada em espera por uma solução. O Sr. Pinheiro solicitou celeridade nessa situação, pedindo mais autonomia para os membros do Colaboragov ou a criação de uma CPAD específica para essa nova estrutura.

O Sr. João Martin, representante do Ministério das Relações Exteriores, propôs duas reflexões aos presentes. A primeira diz respeito à criação de grupos no WhatsApp e à possível perda de informações que circulam nesse aplicativo, o que pode comprometer tanto o registro dessas informações quanto a construção da memória institucional, considerando que essa não é uma ferramenta institucional. Ele sugeriu a adoção de ferramentas ágeis que sejam institucionalizadas e garantam a integridade das informações. A segunda sugestão do Sr. Martin foi a criação de estruturas mais enxutas para facilitar o trabalho dos órgãos e aprimorar a comunicação entre eles.

O Sr. Marlos dos Santos, representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, comentou que adotou a comunicação via WhatsApp em seu ministério para otimizar a dinâmica de comunicação. No entanto, enfatizou que as ponderações do representante do MRE são pertinentes e merecem atenção. Ele destacou a importância de utilizar ferramentas mais seguras e institucionais. O Sr. Santos também mencionou que, no MCTI, houve uma tentativa de unificar os códigos de classificação, mas esse projeto não teve sucesso devido às diferenças estruturais dos órgãos seccionais. Ele explicou que o MCTI é um órgão bastante capilarizado e que considera como órgãos correlatos aqueles vinculados à administração direta, enquanto os seccionais se referem às entidades da administração indireta. Para melhorar a gestão de documentos, sugeriu que se pense na unificação dos instrumentos de classificação e que se aprimorem os normativos relacionados a dados, uma vez que lidamos constantemente com sistemas eletrônicos de produção de documentos.

A Sra. Aline do Nascimento, representante do Ministério do Turismo, elogiou o atendimento do Arquivo Nacional por meio do Sistema de Atendimento Online (SOT). Ela expressou interesse na criação de uma comunidade com os membros da CCSiga, onde pudessem ser atualizados sobre normativos e ações relevantes na área de gestão de documentos. Além disso, sugeriu a elaboração de um documento contendo orientações e diretrizes para prevenir incidentes semelhantes ao ocorrido no Rio Grande do Sul. A Sra. Aline propôs a realização de encontros entre as Subsigas para a troca de experiências e sugeriu que o Arquivo Nacional realizasse visitas técnicas aos órgãos setoriais.

A Sra. Regina Ibiapina, representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, comentou que seu ministério realiza visitas in loco em suas unidades vinculadas. Ela relatou que o IBAMA apresentava uma estrutura bastante precária, mas que, por meio de parcerias com instituições como a Universidade de Brasília (UNB), a gestão de documentos melhorou significativamente. A Sra. Ibiapina também mencionou que o ICMBio está quase finalizando sua tabela de temporalidade e destacou o excelente trabalho que o Jardim Botânico do Rio de Janeiro está realizando na área. Ela atribuiu essas melhorias às visitas in loco realizadas por sua equipe. Em relação à comunicação, Sra. Ibiapina informou que utiliza tanto e-mail quanto WhatsApp para se manter em contato.

Após as falas dos representantes dos ministérios, a presidenta, a Sra. Ana Flávia Magalhães, destacou a intenção de aprimorar a articulação entre os membros do Siga. Ela informou que a reunião estava sendo gravada e que tanto o registro quanto as apresentações seriam compartilhados com os membros da CCSiga.

A presidenta enfatizou que o episódio ocorrido no Rio Grande do Sul evidenciou para a população a importância da gestão documental na preservação da memória institucional, ressaltando que diversas estratégias precisam ser implementadas sistematicamente para promover essa compreensão. Uma dessas estratégias envolve a educação interna e o letramento dentro dos próprios órgãos.

Ela também observou que não devemos nos concentrar apenas nas lamentações sobre a desvalorização dos servidores que trabalham com documentação. Destacou que o Arquivo Nacional agora possui o status de Secretaria dentro do Ministério da Gestão e Inovação (MGI), o que proporciona uma maior convivência com os debates de outras secretarias dedicadas à organização dos eixos da gestão pública. Essa nova posição confere maior visibilidade à agenda da gestão documental. A presidenta reforçou que uma interlocução mais próxima é essencial para evidenciar a força do sistema. No contexto do Rio Grande do Sul, o Arquivo Nacional teve a oportunidade de identificar as zonas de risco em outras instituições que custodiavam acervos na Administração Pública Federal.

Ela mencionou que o Arquivo Nacional visitou uma unidade do MGI em Salvador, onde encontrou o Sr. João Cláudio Soares, da Secretaria de Reordenamento da Administração (SRA), e o Sr. Otávio Alexandre da Silva, da Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Embora esses gestores não sejam da área, estão sensibilizados com a questão. A presidenta afirmou que a posição do Arquivo Nacional como Secretaria possibilita uma interlocução mais efetiva entre os gestores públicos. Ela concluiu ressaltando a importância de demonstrar o impacto do trabalho realizado para que o tema da gestão documental se torne cada vez mais estratégico. Frisou que embora a produção de documentos digitais tenha aumentado, não devemos esquecer do passivo de documentos analógicos, é fundamental não considerar que a digitalização seja a solução para todos os problemas relacionados a essa documentação. A Sra. Ana Flávia Magalhães comentou que a comunicação realizada entre os órgãos central e setoriais não é eficaz, ressaltando a necessidade de incluir os seccionais nesse processo.

Ela destacou a importância de dispor de uma ferramenta institucional que facilite a troca de informações, afirmando que o WhatsApp não é adequado para deliberações da CCSiga. A presidenta enfatizou que a simplificação dos fluxos de informação fortalece o próprio princípio da comunicação. Ela mencionou que, por meio da ampla divulgação das informações, o Arquivo Nacional conseguiu, pela primeira vez, quase 15 milhões de reais para o tratamento dos documentos afetados no Rio Grande do Sul. Contudo, destacou que a realização de visitas técnicas pelos servidores do Arquivo Nacional a outros órgãos poderia impactar outras atividades do próprio órgão, incluindo a orientação técnica.

O Sr. Jean Camoleze destacou que, embora o Arquivo Nacional não tenha servidores suficientes para realizar visitas técnicas periódicas aos órgãos, isso não significa uma negativa do órgão central. Ele afirmou que, caso algum órgão necessite dessa atividade, pode entrar em contato, que o Arquivo Nacional e o solicitante poderão chegar a um acordo para viabilizá-la.

O diretor de gestão de documentos mencionou que a perspectiva futura do Arquivo Nacional inclui a criação de sistemas que auxiliem na gestão de documentos. Ele comentou que uma das principais soluções para os órgãos afetados pelas enchentes no Rio Grande do Sul foi estabelecer parcerias por meio de Termos de Execução Descentralizada (TED) com universidades para a contratação de estagiários. Embora a digitalização seja importante, ele enfatizou que, sem o processamento técnico adequado, os resultados não são os esperados.

O Sr. Camoleze informou que diversos materiais foram elaborados para os órgãos do Rio Grande do Sul, mas há a necessidade de compilar esses dados para que possam ser disponibilizados. Ele ressaltou a importância de utilizar uma linguagem simples, afirmando que os manuais serão desenvolvidos com essa abordagem. O Arquivo Nacional lançará um manual de gestão de documentos em duas versões: uma convencional e outra em linguagem simples.

Ele também mencionou que, no próximo ano, o Arquivo Nacional pretende aumentar os processos de capacitação, com o objetivo de atender todo o Siga. Ele destacou a importância de fortalecer a Comissão de Coordenação do Siga para trabalhar em conjunto com as secretarias executivas e sugeriu a criação de instrumentos de gestão que abranja os seccionais com funções semelhantes. Por fim, informou que, em 2025, o Arquivo Nacional, como órgão central do Siga, planeja realizar um encontro técnico com os membros do sistema.

A Sra. Paola Bittencourt, coordenadora-geral de gestão de documentos, apresentou as Portarias nº 153, de 3 de maio de 2024, e nº 174, de 23 de setembro de 2024. Ela explicou que, como órgão central do Siga, o Arquivo Nacional tem a função de normatizar as atividades e os procedimentos de gestão de documentos no âmbito do Poder Executivo Federal. Disse que a edição dessas normas ocorre quando a equipe técnica identifica um volume significativo de demandas relacionadas a um tema específico, necessitando padronizar o entendimento e preencher lacunas normativas.

Informou que a Portaria nº 153 foi elaborada em resposta ao uso crescente de sistemas informatizados. Essa norma determina a adição de caracteres alfabéticos na codificação dos instrumentos de gestão de documentos. No contexto do Colaboragov, diversos órgãos utilizam o SEI multiórgãos, o que resulta na utilização da mesma base do sistema. Disse que muitos órgãos que já possuíam seus códigos e tabelas enfrentavam sobreposições nas classes relativas à atividade-fim, uma vez que o código referente à atividade-meio é comum a todos os órgãos do Poder Executivo, enquanto os instrumentos da atividade-fim são específicos. A solução encontrada foi a adoção de caracteres alfabéticos, designados pelo Arquivo Nacional, para identificar a instituição responsável pela produção do documento. Informou que com a publicação dessa Portaria, os instrumentos relacionados à atividade-fim já sairão com os caracteres definidos, facilitando a gestão documental, especialmente em caso de mudanças na estrutura ministerial. Ela enfatizou que esses caracteres estão vinculados à função da instituição e não ao seu nome, o que confere maior estabilidade à codificação.

Quanto à Portaria nº 174, A Sra. Paola Bittencourt explicou que essa norma altera a Portaria nº 47, de 2020, que instituiu o código de classificação de documentos referentes à atividade-meio do Poder Executivo Federal. Como todo instrumento de gestão de documentos é dinâmico e reflete as funções e atividades desenvolvidas ao longo do tempo, é necessário atualizá-lo. A primeira atualização da Portaria da atividade-meio ocorreu em 2020, e, logo após essa atualização, foi criado um grupo de Trabalho Interno no Arquivo Nacional focado em classificação de documentos. Esse grupo identificou a necessidade de ajustes no instrumento, além disso, a edição de novos normativos do TCU que influenciam diretamente na definição dos prazos de guarda também contribuiu para essa atualização.

Ela relatou que muitos órgãos afetados pelas enchentes no Rio Grande do Sul não aplicaram os instrumentos de gestão em seus documentos, o que dificultou o tratamento da documentação atingida. Como resultado, o custo para tratar esses documentos será significativamente maior, já que incluirá aqueles que poderiam ter sido eliminados precocemente. Disse que a maior parte das alterações na Portaria consistiu em notas explicativas, que, embora não impactem a estrutura do instrumento, afetam sua aplicação, já que algumas notas

não eram totalmente elucidativas. Informou que 21 descritores foram suprimidos, 17 novos descritores foram inseridos e 11 foram ajustados. E que na tabela de temporalidade, 69 descritores tiveram seus prazos de guarda alterados, e 7 observações adicionais foram inseridas, relacionadas à aplicação do instrumento.

Após a apresentação da coordenadora-geral de gestão de documentos, o Sr. Jean Camoleze abordou o último item da pauta: os sistemas de apoio à gestão de documentos que o Arquivo Nacional pretende disponibilizar à Administração Pública Federal.

Ele começou destacando que o Arquivo Nacional planeja oferecer cinco sistemas para essa finalidade.

O sr. Camoleze explicou que o A.N está trabalhando em conjunto com a DataPrev no desenvolvimento de um sistema que abrange todo o ciclo documental, desde a produção e recolhimento até a eliminação dos documentos. Ressaltou que essa iniciativa faz parte do programa Acelera Siga.

Em relação ao Sig-Siga, informou que o sistema passará por uma reformulação, transformando-se em um ambiente de interação para toda a gestão de documentos. Ele explicou que o levantamento da situação dos arquivos e do índice de maturidade será realizado por meio desse sistema. O sr. Camoleze também mencionou que o SOT não fará mais parte do Sig-Siga, pois atende a usuários que não estão integrados ao Siga. Ele acredita que essa reformulação será uma das primeiras implementações a serem lançadas.

Disse que o Arquivo Nacional, em colaboração com a Dataprev, está desenvolvendo um SIGAD para a Administração Pública Federal e que este sistema será integrado a todo o processo de gestão de documentos. Ele enfatizou que o SIGAD não tem a intenção de substituir o SEI ou seu módulo de gestão. Em vez disso, o SIGAD irá capturar documentos arquivísticos nos mais diversos sistemas da administração pública federal, como no SEI, SIGEP e outros.

O Sr. João Lopes, assessor da Diretoria de Relacionamento e Negócios da DATAPREV, anunciou a implementação de um barramento chamado TramitaGov, que permitirá a importação e exportação de processos e documentos entre diferentes produtores. Disse que o TramitaGov já foi internalizado na Dataprev e será a ferramenta responsável por gerenciar essa movimentação entre os sistemas. Ele explicou que o SIGAD terá a capacidade de receber tanto documentos tratados quanto brutos, adaptando o tratamento conforme as necessidades de cada usuário. O Sr. Lopes ressaltou que o SIGAD funcionará como uma plataforma integradora de vários sistemas, e que as primeiras funcionalidades a serem lançadas incluirão o trâmite interno e externo, bem como o TramitaGov e o protocolo integrado.

O Sr. Camoleze destacou que o SIGAD será um sistema desenvolvido pelo Arquivo Nacional, em parceria com a DATAPREV, destinado a ser distribuído aos órgãos, com uma primeira entrega prevista para cerca de seis meses. Ele mencionou que a criação de documentos avulsos será uma das funcionalidades disponíveis no SIGAD, que também integrará a tabela de atividade-meio, permitindo o tratamento de documentos de acordo com a temporalidade e o recolhimento necessário. Enfatizou que o Arquivo Nacional deseja que os órgãos participem ativamente dessa construção.

O Sr. João Lopes acrescentou que, na plataforma, será possível criar grupos de comunicação e enviar SMS, com o diferencial de que todas as conversas ficarão registradas.

O Sr. Camoleze disse que um dos novos sistemas a ser disponibilizado será um repositório de instrumentos de pesquisa em gestão. Ele também mencionou a construção de um sistema para a elaboração de códigos e tabelas de temporalidade. Além disso, haverá uma ferramenta que calculará a massa documental acumulada, evidenciando o impacto orçamentário causado pelos documentos não tratados.

Informou que o sistema e-LED será responsável por criar listas de eliminação com base nas tabelas das atividades e gerará editais de eliminação. Enfatizou que, para que os órgãos possam aproveitar esses sistemas, será imprescindível a implementação de seus instrumentos de gestão.

Após essas explicações, o Diretor de Gestão de Documentos abriu a palavra para ponderações, discussões e dúvidas.

O Sr. João Okumura, representante da AGU, expressou sua preocupação sobre o fato de que alguns servidores costumam cadastrar documentos de forma incorreta. Isso pode levar à captura desses documentos pelo SIGAD, resultando na aplicação equivocada da tabela de temporalidade e na possível eliminação errônea. Ele questionou como o SIGAD garantirá que as informações capturadas sejam precisas.

O Sr. Leandro Pinheiro, representante do Ministério dos Esportes, compartilhou a mesma preocupação em relação à classificação inadequada durante a produção dos documentos. Ele questionou se a captura dos documentos para o SIGAD será feita automaticamente ou se haverá intervenção humana, ou até mesmo o uso de inteligência artificial, nesse processo.

O Sr. Marlos Santos, representante do MCTI, sugeriu que a próxima atualização da Portaria nº 174 inclua um script que permita a importação da tabela anterior. Ele explicou que, em seu Ministério, existem tabelas separadas para a área meio, a área fim e a unidade de pesquisa, enquanto o SEI utiliza apenas uma tabela, o que dificulta o trabalho. Além disso, o Sr. Marlos Santos destacou a necessidade de atualizar o Decreto nº 4.073, que menciona atribuições do MJSP que agora pertencem ao MGI. Ele também questionou se o SIGAD irá competir com o SEI, visto que ambos produzirão documentos.

O Sr. José Rivaldo Imbeloni, representante da Presidência da República, elogiou as iniciativas do Arquivo Nacional e da DATAPREV. Ele enfatizou que, durante o episódio de 8 de janeiro, a existência de acervos digitais foi fundamental para a preservação das informações da instituição, evitando a perda total de dados. O sr. Imbeloni sugeriu a utilização de inteligência artificial para a classificação de documentos e destacou que a área de gestão de documentos deve também administrar o repositório digital. Ele informou que, na Presidência da República, foi formado um grupo de trabalho composto por arquivistas e técnicos de TI para implementar essa proposta, a qual recebeu ampla aceitação.

O Sr. Camoleze explicou que a produção de processos é uma função do SEI. Disse que quando um documento classificado inadequadamente é capturado pelo SIGAD, ele passará por um filtro para tratamento e correção. Informou que o Arquivo Nacional poderá estimar para o órgão a quantidade de documentos que será recolhida ao longo de 10 anos, o que permitirá dimensionar adequadamente o espaço de armazenamento necessário. Destacou que o armazenamento em nuvem é bastante caro, enfatizando a importância de os gestores estarem cientes desse custo.

A Sra. Ana Flávia Magalhães enfatizou que as tecnologias não substituem as pessoas, mas as auxiliam. Ela destacou que o SIGAD poderá apresentar inconsistências, assim como ocorre entre especialistas da área. E que, caso necessário, atualizações serão implementadas no sistema para aprimorar as atividades de gestão documental.

O Sr. João Lopes destacou que, no TramitaGov, haverá um primeiro filtro, onde o Arquivo Nacional definirá quais metadados são necessários para cada documento. Se um documento não contiver esses metadados, o SIGAD incluirá as informações faltantes. Além disso, caso necessário, o SIGAD poderá devolver o documento capturado à instituição para que ela faça as correções necessárias. Assim, dentro do próprio SIGAD, haverá uma nova verificação para garantir que o documento esteja classificado corretamente.

O Sr. Jean Camoleze informou que a atualização do Decreto nº 4.073, que aborda as correções sobre as atribuições do MGI, já está em tramitação na CONJUR. Em relação à atualização da Portaria nº 174, o Arquivo Nacional está considerando a elaboração de um manual para facilitar o trabalho dos órgãos.

O Sr. João Okumura expressou o interesse da AGU em ser um dos órgãos pilotos do SIGAD. Ele questionou sobre como será o processo de adesão ao SIGAD, se será obrigatório e de que forma o órgão poderá se manifestar para participar.

O Sr. João Martin, representante do MRE, indagou sobre a previsão de entrega dos novos sistemas.

O Diretor de Gestão de Documentos informou que a previsão é iniciar os projeto-piloto no primeiro semestre do próximo ano, com expectativa de conclusão em aproximadamente dois anos. Disse que para a adesão ao SIGAD um dos primeiros requisitos é que o órgão tenha os instrumentos de gestão. A ideia é abrir um processo de adesão para o projeto-piloto com foco em incluir o maior número de órgãos com peculiaridades diversas.

O Sr. João Lopes disse que em relação ao RDC-Arq intermediário a DataPrev vai disponibilizar um RDC-Arq certificado pela ISO 16363 para todos os órgãos que desejarem utilizá-lo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sr. Jean Camoleze disse que o Arquivo Nacional ainda está realizando o levantamento da situação dos arquivos e do índice de maturidade em gestão de documentos dos órgãos seccionais. Ele ressaltou a importância de os órgãos setoriais comunicarem às suas unidades vinculadas sobre essa ação. Informou que até o momento, já foram coletados dados de 60% do total previsto no Siga, sendo o objetivo alcançar 75%.

Ele informou que em breve o Arquivo Nacional divulgará as capacitações programadas para o próximo ano. E que em 2025, haverá capacitações em Brasília, assim como no Norte e no Nordeste do país. Destacou que o Arquivo Nacional está monitorando as eliminações de documentos e pediu aos órgãos que enviem os editais de eliminação ao A.N. Também informou que está programado um encontro técnico com os membros do Siga para o próximo ano.

A presidenta, a Sra. Ana Flávia Magalhães, expressou sua gratidão às equipes pelo trabalho que possibilitou a realização de todas as ações discutidas na reunião, com um agradecimento especial ao Sr. Jean Camoleze, diretor de gestão de documentos do Arquivo Nacional. Ela ressaltou que a expectativa em relação às entregas dos produtos demonstra que o que está sendo construído é significativo e relevante. Destacou que as iniciativas no âmbito da gestão de documentos fazem parte de uma política pública muitas vezes invisibilizada, embora suas consequências sejam evidentes, como no caso das tragédias ocorridas no RS, que geraram altos custos com a guarda de documentação não tratada.

A presidenta agradeceu a presença de todos e informou que, se necessário, uma reunião extraordinária poderá ser convocada.

6. APROVAÇÃO

Segue o presente Registro de Reunião assinado eletronicamente.

Registro elaborado por: Emanuela Bastos, chefe de Divisão de Apoio à Gestão Executiva do Siga.



Documento assinado eletronicamente por **Emanuela Cristina Dias Silva Bastos, Chefe da Divisão de Apoio à Gestão Executiva do SIGA**, em 11/12/2024, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Flávia Magalhães Pinto, Diretora-Geral do Arquivo Nacional**, em 12/12/2024, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.arquivonacional.gov.br/autentica>, informando o código verificador **0418568** e o código CRC **17C15DDE**.